TRANSCRIÇÃO (TEXTO NÃO REVISADO)

SESSÕES ORDINÁRIAS - 16/12/2025

Sob a proteção de Deus, em nome do povo de Parnamirim, declaro aberta a presente sessão e convido o vereador Marquinhos da Climep para fazer a leitura da mensagem bíblica. Bom dia, senhora Presidente, vereadores e vereadoras, população que nos assiste pela TV Câmara, nosso bom dia. Que Deus ilumine o seu caminho e fortaleça a sua fé. Confio no Senhor e faze o bem. Salmos, capítulo 37, versículo 3º, senhora Presidente. Tenha um bom dia e uma ótima sessão a todos. Muito obrigada, vereador Marquinhos. Passaremos agora a leitura da ata pelo segundo Secretário, vereador Eurito, da Japão. Bom dia, senhora Presidente, senhoras e senhores vereadores, plateia que nos assiste, população que nos assiste pela TV Câmara. Senhora Presidente, não tem ata hoje. Obrigado. Muito obrigada, vereador. Passaremos ao primeiro Secretário para a leitura do Expediente, vereador Tiago Fernandes. Bom dia, senhora Presidente. Fazer a leitura do Expediente que consta de Indicação e parecer. Indicação número 2320/2025 Vereador Tiago Fernandes Indica a chefe do Executivo Municipal Extensiva Secretaria Municipal de Obras Públicas Que realiza o serviço de tapa-buraco na rua João Irineu Antunes Localizado no bairro de Passagem de Areia Indicação de número 2319/2025 Vereador Tiago Fernandes indica a chefe do Executivo Municipal extensivo à Secretaria Municipal de Obras Públicas que realize o serviço de tapa-buraco na Rua Santa Maria, localizado no bairro de Bela Parnamirim. Parecer da Comissão de Constituição, Legislação e Redação Final da Câmara Municipal de Parnamirim. De autoria do Poder Executivo Municipal, relator vereador professor Ítalo. Esta comissão opina pela aprovação do Projeto de Lei de nº 215, de 2025, de acordo com os pareceres individuais das Emendas aprovadas e Emendas reprovadas, sendo incorporado ao Projeto de Lei inicial. O Expediente será presente. Muito obrigada, vereador Tiago Fernandes. passaremos a uso da palavra pelos vereadores solicito registro em seus tablets não tivemos nenhum orador inscrito passaremos a Ordem do Dia gostaria que os vereadores pudessem registrar as suas presenças em única discussão em única votação Projeto de Lei 273/2025 que concede a bônus especial no mês de dezembro de 2025 em razão da celebração dos festejos natalinos para os servidores do quadro de pessoal efetivo e comissionado da Câmara Municipal de Parnamirim, da Autoria do Poder Legislativo Municipal, da Mesa Diretora, projeto que corre em regime de urgência, conforme Requerimento legislativo 415/2025, aprovado na 130ª sessão ordinária, realizada no dia 10 de dezembro de 2025, em discussão, em votação. Proposição aprovada. Questão de ordem, senhora Presidenta. Pois não, vereador. Gostaria de solicitar a dispensa da leitura da redação final Submetam ao plenário. Se todos aprovam, permaneçam como estão. Remetam ao DPL. Em segunda discussão, em segunda votação, projetos de lei 270/2025, que dispõe sobre a alteração da Lei nº 1.855, de 21 de dezembro de 2017, para atualização do valor concedido a título de abono especial e servidores efetivos e comissionado na Câmara Municipal de Parnamirim, em razão da celebração da sua data natalícia sobre a revogação expressa da Lei nº 2.340, de novembro de 2022, no município de

Parnamirim, da Autoria do Poder Legislativo Municipal, da Mesa Diretora, em discussão. Em votação. Proposição aprovada. Em segunda discussão. Em segunda votação. Fechando de ordem, senhora Presidente. Gostaria de solicitar a dispensa da leitura da redação final deste projeto? Submeto ao plenário, se todos de acordo, permaneçam como estão. submissão aprovada em segunda discussão em segunda votação, Projeto de Lei 271/2025 que dispõe sobre a alteração da lei 2460 de 18 de dezembro de 2023 para atualizar o valor do auxílio de capacitação em favor dos servidores efetivos e comissionados vinculados à Câmara Municipal de Parnamirim da Autoria do Poder Legislativo Municipal da Mesa Diretora, em discussão em votação proposição aprovada em discussão, vereador Questão de ordem, senhor Presidente. Gostaria de solicitar também a dispensa da leitura da redação final desse projeto. Submeto a solicitação ao plenário. Solicitação aprovada. Se aprovam, permaneçam como estão. A do auxílio capacitação. Aprovado. Seguiremos agora, em única discussão, em única votação, a leitura das Emendas. Solicito ouvido plenário o voto em bloco, de acordo com o sugerido pela Comissão de Finanças. Então, aqueles que aprovam permaneçam como estão. Senhora Presidente, a questão de ordem, eu verifiquei que dentro das Emendas tem duas Emendas minhas que não constam dentro desse bloco, que é a Emenda 108 e a Emenda 109. Daquelas que não constam no relatório foi a que foram rejeitadas. E se foi a da nossa relatoria, Gabriel, acredito que o que foi considerado foi que algumas Emendas de alguns vereadores, e aí foram muitas, não constaram dispostas no PPA. Só que aí é um momento de discussão e de construção, e nós estamos aqui para... Não é Emenda do PPA? Presidente, nós estamos voltando aqui, é justamente a Emenda do PPA, não é isso? as Emendas do PPA. De acordo com o regimento, o artigo 166, ele informa que tem que ter os pareceres dessas Emendas, quando foram rejeitadas ou não. Não houve nenhum tipo de relatório ou voto do relator sobre essas duas Emendas em que não foram aprovadas. Então, era para ter sido lido na sessão anterior, caso tenha sido rejeitadas essas Emendas, para justificar por qual motivo a Emenda foi rejeitada. Discussão, senhor Presidente? O Governador foi lido na sessão anterior e no relatório tem exposto o motivo do porquê cada Emenda, caso rejeitada, ela teve esse retorno. Então, o porquê do voto. Onde é que ela infringe a argumentação, por ela estar infringindo, se foi aprovada ou reprovada cada item? Em discussão, senhora Presidente, vereador, senhora Presidente, é questão de ordem, né? O vereador Gabriel, ela foi rejeitada porque excedeu o valor de 250 mil, que era até 250 mil, cada Emenda. Questão de ordem ainda, senhora Presidente Eu não me recordo de ter tido alguma orientação Referente à questão de valor Porque essa Emenda que nós fizemos Só para constar, essa 108 É a construção de uma UBS no bairro de Rosas Que não tem UBS E não existe justificativa técnica Para reprovar uma Emenda Por questão de valores Quem tem que vetar ou não É o poder executivo Não existe justificativa porque nós alteramos porque os valores competem a cada vereador aqui identificar o que ele quer fazer e não tem como fazer uma Emenda para a construção de uma UBS, sendo que, de acordo com o Ministério da Saúde, uma UBS em porte 4 custa no mínimo 4 milhões. E hoje a UBS de Rosa dos Ventos funciona no Caicó, no local totalmente sem infraestrutura. Se for o caso, assim, eu só cito, eu até não verifiquei, Vera, do Tiago Fernandes, na pauta, só se foi, não estava na pauta. O parecer de finanças relacionado ao PPA foi lido na última quinta-feira. Hoje, na primeira sessão de hoje, foi lido a da CCJ, mas desde quinta-feira que esse parecer foi lido. Mas consta na... Não, só se possível eu pudesse citar qual foi a Emenda que entrou na 132. Agora eu não estou mais com o parecer, o parecer foi ali na quinta. Não, mas não que entrou hoje a

CCJ. Entrou hoje a CCJ, só que eu verifiquei aqui na 132, não identifiquei qual foi o parecer referente às Emendas que foram reprovadas. Não, o da CCJ só está presente as Emendas que foram aprovadas. As que foram reprovadas, eles nem fizeram, porque já tem na Comissão de Finanças. Então, ok. Vou dar um verificado. Não tinha verificado na questão da quinta-feira a questão do parecer. Mas, lembrando que é a primeira vez que eu vejo isso, reprovar uma Emenda pela questão do valor. Porque, se fosse assim, a gente está limitando aqui a atuação de cada parlamentar. Fica aí a orientação. Realmente, são duas e-mails muito importantes, 108 e 109. E eu vou pedir para dar uma verificada também na questão do que entrou no parecer, senhor Presidente, porque realmente é muito difícil a gente conseguir resolver um problema do bairro de Rosa dos Ventos com um recurso até 250 mil. Então, as duas Emendas que nós fizemos, uma foi para a 108, que é a construção da UBS, de Rosa dos Ventos, que tem uma área e tem que ser Porto 4, que a UBS é Porto 4, e a questão do Sonho Verde, né? Mas eu vou dar uma verificada, o vereador Tiago Fernandes, que entrou na quinta-feira. Realmente, eu não me atentei, mas vou verificar realmente que a gente não se parecia. Em discussão, senhora Presidente. Vereador, foi acordado na reunião coletiva, com todos os assessores e vereadores presentes, pela questão do equilíbrio fiscal. E para não confundir a Emenda ao PPA e à Lua também. Em discussão. Em discussão, vereador. Em respeito a todo o trabalho da comissão Hoje o assento que o vereador Eurico ocupa Eu também já ocupei E eu sei da imensa responsabilidade de cada parlamentar Membro de uma comissão importante Principalmente diante desse contexto De três peças orçamentárias do nosso município Mas eu comungo da idealização e do pensamento do vereador Gabriel. Nós também tiramos o nosso tempo de estudo, a nossa assessoria, para ficar focada nessas três peças importantes. E eu discordo completamente também dessa situação de 250 mil. É a primeira vez que eu vejo isso aqui, de tentar cesear até o nosso trabalho diante de Emendas aditivas importantes, principalmente com o fluxo que a gente tem de trabalho e também de solicitação das comunidades. Dentro de 44 Emendas que eu fiz para o PPA, especificamente, 28 foram rejeitadas. E aí eu também queria, dentro desse contexto, solicitar um parecer da própria procuradoria que nos mostre onde é que está essa questão do relatório fiscal que cada parlamentar só pode aditivar o PPA em 250 mil. Eu estou com o meu trabalho prejudicado e eu acho que aqui não é a intenção dessa casa, não é a intenção de nenhum parlamento, nem principalmente da comissão. Se for uma orientação que veio do executivo, que nos mostre dentro da lei de responsabilidade fiscal, que cada parlamentar aqui não pode estar atuando dessa forma. Em discussão? Em discussão, senhora Presidenta. Tem que se ponderar o equilíbrio financeiro. Entendeu? Então, foi discutido isso, no mutirão, que ficou acordado, que era até 250 mil. Em discussão? Acordado com quem? Eu não sei que mutirão foi esse, eu não recebi uma informação. Eu estou aqui para contestar, porque eu estou com o meu trabalho, minhas Emendas prejudicadas, e eu acho que estou vendo a cena se repetir. Mais uma vez, eu acho que aqui, se a gente puder fazer, está todo mundo para se ajudar. O plenário é soberano. A gente está no término dos trabalhos legislativos. E, assim, eu preciso de uma justificativa plausível dentro da lei de responsabilidade fiscal, que me ampare, porque, senão, vou ter que entrar até com o mandato de segurança para ter meus trabalhos aqui, de fato, dentro de uma sequência de necessidade que a gente tem. E apresentar, inclusive, um trabalho com transparência para a população. Como eu disse, respeitou o trabalho da comissão, mas, assim, a gente também parou para pensar, para organizar, inclusive, antecipadamente, cumprindo todos os prazos. Em discussão. Em discussão, senhor

Presidente. Vereadora, eu acho muito plausível e gostaria muito que esse medido para entrar na justiça, como a vossa excelência bem citou, tivesse sido feito já no início, quando as peças orçamentárias chegaram aqui com atraso, atrasando, e por causa disso, esse rebuliço todo, desde a LDO, quando a vossa excelência mesmo citou que estava como Presidente da comissão. E, naquela época, não fez nada disso, nesse sentido. Esse mandato de segurança não foi impetrado, não foi dado acesso, e que agora, da mesma forma, esse trabalho está prejudicado por causa do Executivo, que atrasou, retardou e mandou duas pessoas orçamentárias totalmente incoerentes, uma não conversa com a outra, e por aí vai. Mas vamos lá. O mutirão, não sou o Presidente, mas peço aqui autorização, ao Presidente Eudiane para falar em nome da comissão. Foi informado todo o planejamento, desde a audiência pública, após isto, foi aberto o prazo para as Emendas. Dentro dos prazos, foram realizados dois mutirões, junto aos assessores, junto aos variadores que quiseram participar. Quando tinham situações como estas, de valores, para que não zerassem as ações, e olhe que eu não sou da situação, mas estou agindo de forma coerente e correta. Não zerassem as ações e, para acontecer-se um equilíbrio fiscal, foi oportunizado a possibilidade de ser realizado Emendas coletivas, dando a devida importância àquela determinada ação, e desta forma foi procedido. Quem não se adequou dentro de uma possibilidade ou outra e fugindo desse regramento acordado, Infelizmente, foi rejeitado esta Emenda. Mas vale salientar que esse valor de R$ 250 mil, por se tratar do PPA, ele dá um montante de R$ 1 milhão ao final dos quatro anos. E esse valor de R$ 250 mil são valores simbólicos. Nós sabemos que muitas das ações, pegando, por exemplo, justamente essa ação que o vereador Gabriel citou, da construção do OBS, nós sabemos que é recurso que vem por meio federal, pelo Ministério da Saúde. Então, constando esta ação dentro do PPA, a gente pode ir em busca, nós vereadores, o executivo, enfim, algum parlamentar federal, encaminhar e solicitar uma Emenda federal, mas já está constando. E, a partir disso, ser feito os remanejamentos necessários. Não precisamos ter exatamente o valor, mesmo tendo essa possibilidade, que isso inviabilizaria. Então, é só para justificar realmente. Os acordos foram feitos de forma coletiva, acertando o valor mínimo, o valor máximo, perdão, a ser ajustado, e também dando as outras possibilidades, caso estivesse infringindo alguns dos pontos. Esclarecendo a vossas excelências, nesse momento foi colocada em pauta, em discussão do plenário, para que, em única discussão, em única votação, as Emendas fossem votadas em bloco. É esse momento que nós estamos discutindo. Gostaria também de esclarecer, por fazer parte, ser membro da Comissão de Finanças, E olha que é um processo de aprendizado contínuo, que existiram Emendas direcionadas por vossas excelências que movimentavam um volume de recursos que comprometiam, inclusive, o gerenciamento dos serviços. Vou dar dois exemplos. Houveram, por exemplo, um remanejamento que praticamente esvaziava os recursos oriundos da Secretaria de Limpeza Urbana, que, infelizmente, nós temos uma sequência de suplementações por causa do serviço de limpeza urbana que não consegue ser encerrado. Tiveram também remanejamentos que implicavam em um dos destaques do orçamento que vieram, que foi a reserva de contingência, que nunca veio para o município, e, dessa vez, vindo, houve, inclusive, Emendas que praticamente esvaziavam a reserva de contingência. Isso gerando prejuízos, inclusive, uma possibilidade das nossas Emendas impositivas serem gerenciadas. Mas, mais uma vez, colocamos em discussão para a votação e apreciação do plenário a votação em única discussão, em única votação das Emendas em bloco. Em discussão... Questão de ordem, senhora Presidenta. Pois não, vereadora. Só para, como eu fui citada aí, e

a gente tentar encerrar esse assunto, eu quero deixar bem claro que, enquanto Presidente da comissão, eu não fiz questão de barrar nenhum tipo de Emenda, nenhum tipo de trabalho, nem prejudicar ninguém. Acho que V. Exª, inclusive, à época, questionou muito a situação do recebimento, que não houve o recebimento das suas, mas que ali a gente também não tinha tempo hábil. Uma das nossas colocações aqui é porque hoje eu sinto o meu trabalho prejudicado, e eu acho que não é sobre situação de estar Presidente, não ter feito nada, e aí a gente não pode ter omissão diante de um trabalho legislativo, independente de ser base governista ou oposição, porque a gente aqui tem que agir com muita coerência. E toda vez que eu senti esse tipo de cerceamento de trabalho legislativo, eu tenho que me posicionar, até porque aqui eu represento o povo, eu represento os anseios coletivos, e toda a Emenda que eu fiz foi com estudo de necessidade e, obviamente, dentro de situações que não comprometessem esse fluxo orçamentário. Apesar de ter um impacto financeiro que nos respalda, inclusive dentro da lei de responsabilidade fiscal, a gente sabe até onde podemos atuar, principalmente em relação às Emendas e às destinações. Nossa assessoria esteve presente nas reuniões. em nenhum momento foi nos passada a situação do valor específico. Caso tenha acontecido, eu posso até estar me posicionando aqui errado, mas eu não tinha esse conhecimento e assessoria também não. E aí, como eu disse, toda vez que eu tiver como me posicionar a favor do nosso trabalho, que é pelo povo, a gente vai se posicionar assim, seja no PPA, na LDO, na LOA, em qualquer outro tipo de situação que eu me sinta prejudicada, porque aqui a gente representa o povo. Mas sigamos com 28 Emendas rejeitadas pela Comissão de Orçamento da Casa e o trabalho vai continuar, independente disso. Vossa Excelência só demonstra na sua fala como essa casa é cíclica e que a gente vai aprendendo com os movimentos. Mas a senhora pode também, diante do direito da senhora, proceder com o mandato de segurança, com as contestações e também com a consulta aos pareceres. Em discussão, se procedem com a manutenção da votação em primeira discussão, em única discussão, em única votação das Emendas em bloco, permaneçam como estão. Votaremos em bloco. Emenda ao Projeto de Lei 2.16.2025, que dispõe sobre o plano plurianual do município de Parnamirim para o quadriênio 2026/2029, que estabelece outras providências da Autoria do Poder Executivo Municipal da prefeita Raimunda Silva Cruz. Em discussão, em votação. Nós vamos encerrar. Por favor, verifiquem os votos. Aí nós vamos reiniciar o voto. Em votação, proposição aprovada em bloco. Em primeira discussão e primeira votação, seguiremos aos projetos de lei complementares. Projeto de Lei Complementar 20/2025, que altera o inciso primeiro do artigo 6º da lei complementar 226, de 21 de outubro de 2022, que institui o plano de cargos, carreiras e salários da Guarda Municipal de Parnamirim, para corrigir a inconsistência normativa quanto aos requisitos de promoção da graduação de agente para subinspetor da Autoria do Poder Executivo Municipal, da prefeita Raimunda Nilza Cruz, em discussão, em votação. Seção aprovada, seguiremos aos projetos de lei 182/2024, que reconhece como utilidade pública a instituição Patinhas de Emaújo, Rio Grande do Norte, Jardim Aeroporto, inscrito sobre o CNPJ 49, 389, 160/1000 ao contrário, 63, no âmbito do município de Parnamirim, dá outras providências da autoria do Poder Legislativo Municipal, vereador César Augusto de Paiva Maia, em discussão, em votação. Proposição aprovada. Seguimos a leitura dos projetos de lei 182/2024, que reconhe... Perdão. Leitura do Projeto de Lei 049/2025, que institui o programa municipal Semana da Vacinação nas Escolas no âmbito do município de Parnamirim e dá outras providências. Da Autoria do Poder Legislativo Municipal, vereador Antônio Marquinhos de Climep. Em discussão, em votação.

Proposição aprovada. Seguimos a leitura do Projeto de Lei 127/2025, que dispõe sobre o reconhecimento e utilidade pública do Municipal da Liga Independente de Futebol 7, do Rio Grande do Norte, da Autoria do Poder Legislativo Municipal, do vereador Tiago Fernandes. Em discussão. Em discussão, senhor Presidente. Com muita alegria, temos mais um Projeto de Lei chegando para ser votado nessa liga que realiza grandes eventos ligados à Foto Bom Society aqui na nossa cidade, levando assim, fortalecendo assim o esporte local. Então, solicitamos esse voto favorável a todos os vereadores para que a gente tenha esse reconhecimento de utilidade pública e, desta forma, essa instituição consiga continuar fazendo estes eventos que tão bem fazem aos nossos jovens e adultos. Muito obrigado. Em discussão, em votação. Proposição aprovada. Seguiremos a leitura do Projeto de Lei 141/2025, que institui o dia do desapego consciente no município de Parnamirim, que consiste em receber doações de materiais reutilizáveis, promovendo a correta destinação final e outras providências da autoria do Poder Legislativo Municipal do vereador Binho de Ambrósio. Em discussão? Em votação. Proposição aprovada. Seguiremos a leitura do Projeto de Lei 216/2025, que dispõe sobre o plano plurianual no município de Parnamirim para o quadriênio de 2026/2029 e estabelece outras providências da autoria do Poder Executivo Municipal da Prefeita Raimundo Anilda Cruz em discussão e em votação. Proposição aprovada. Seguiremos ao Projeto de Lei 218/2025 que dispõe sobre o programa municipal Parnamirim sobre duas rodas em alusão ao Dia Nacional do Ciclista e dá outras providências da autoria do vereador Jonas Godeiro em discussão e em votação. Proposição aprovada. Seguiremos em única discussão, em única votação, projeto de decretos legislativos. Projeto de Decreto Legislativo que concede a título de cidadão honorário parnamirinense a ex-vereadores e ex-prefeitos do município de Parnamirim, da Autoria do Poder Legislativo Municipal, da mesa de diretor e todos os vereadores. Em discussão? Em discussão, senhor Presidente. Pode não, vereador. Só para benizar realmente essa iniciativa da mesa de diretor e todos os vereadores, para fazer essa justa homenagem a ex-prefeitos, ex-vereadores. Às vezes, nós, que hoje estamos aqui, mas por estar em algum mandato, a gente passa despercebido. E não é o meu caso, mas muitos que não são, de fato, nascidos em Parnamirim, mas pelo tempo de vivência, tudo isso, muita gente nem sabe que não é da cidade. Então, é uma homenagem mais que justa. Muitos nem aqui estão mais, infelizmente já nos deixaram, mas seus familiares receberão de pós-morte e essa justa homenagem será realizada, será feita. Então, parabéns a todos e que logo mais a gente possa fazer também essas entregas, homenageando e condecorando com esse título de cidadão Paranáirinense. Discussão em votação. Proposição aprovada. Seguiremos a leitura dos Requerimentos legislativos. Requerimento legislativo 413, requer após ouvido plenário, fundamentado no artigo 31 da Constituição Federal, no artigo 39, inciso 19, da Lei Orgânica do Município de Parnamirim, e no artigo 18, segundo do Regimento Interno da Câmara Municipal de Parnamirim, que seja encaminhado a presente Requerimento à Excelentíssima Senhora Prefeita do Município de Parnamirim e ao Senhor Secretário de Serviços Humanos, solicitando que envie esta Casa Legislativa dentro do prazo estabelecido pela Lei de Acesso à Informação LAI, ou seja, 20 dias das seguintes informações detalhadas em relação ao contrato firmado para a realização de instalação de decoração natalina no município de Parnamirim, no montante de 3 milhões de reais. Embora o Diário Oficial traga informações do extrato do contrato, são informações insuficientes para análise e sua fiscalização e a fiscalização deste edil. As informações devem ser claras, integrais, cometer descritivos de

objetos, demonstrando quais os bairros serão complementados com o objeto do contrato. As informações devem esclarecer a necessidade da contratação e o parecer jurídico que embasou a escolha da modalidade de licitação. Da Autoria do Poder Legislativo Municipal, do vereador Michael Diniz. Em discussão? Em votação. Proposição aprovada. Seguiremos ao Requerimento legislativo 418/2025, que requer ouvido plenário e autorização para que o Projeto de Lei 275/2025 que dispõe sobre a possibilidade de conversão em abono pecuniário um terço do período de férias dos servidores efetivos e comissionados da Câmara Municipal de Parnamirim e das outras providências, da Autoria do Poder Legislativo Municipal, da Mesa Diretora, tenha sua tramitação em regime de urgência. Em discussão? Em votação. Proposição aprovada. seguiremos a leitura do Requerimento legislativo 0420/2025 que requer a inserção em pauta do Projeto de Lei 230/2025 para cumprimento do despacho requerido pela comissão de constituição e redação final da autoria do poder legislativo municipal vereador Binho de Ambrosio em discussão em votação proposição aprovada seguiremos a leitura do Requerimento legislativo 423/2025 que requer ouvido plenário com fundamento no artigo 31 da Constituição Federal e no artigo 39, inciso 19 da Lei Orgânica do Município de Parnamirim, no artigo 18, segundo do Regimento Interno da Câmara Municipal de Parnamirim, que seja encaminhado Expediente à Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de Parnamirim, CEL, solicitando o envio das seguintes informações dos documentos. 1. Copa integral do contrato administrativo firmado para aquisição de medalhas, troféus e material esportivo atualmente vigente ou celebrado nos últimos exercícios. 2. Cópia do processo administrativo completo, incluindo o termo de referência, edital, de licitação ou documento equivalente, quando houver, propostas apresentadas, atas de julgamento, parecer jurídico, nota de empenho, ordem de fornecimento, comprovantes de entregas e repercebimento de materiais descritivos detalhados dos itens adquiridos, contendo no mínimo o tipo de material, medalhas, troféus e materiais esportivos, quantidades adquiridas, especificações técnicas, valor unitário, valor total de cada item, empresa fornecedora, informar se houver aditivos contratuais com seus respectivos valores e prazos, indicar a destinação dos materiais adquiridos, especificando os programas, projetos, eventos ou competições atendidas da autoria do Poder Legislativo Municipal, do vereador Tiago Fernandes. Em votação, proposição aprovada. Seguiremos a leitura das moções de aplauso. Moção de aplausos, 230/2025, ao senhor Elon Fernandes Silva, em reconhecimento à premiação concedida pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, ANP, ao seu trabalho de mestrado, bem como à publicação da pesquisa em Revista Científica Internacional de Renome, Renewable Energy Internacional, destacando sua relevante contribuição científica para o desenvolvimento de biocombustíveis à transição energética sustentável. Da Autoria do Poder Legislativo Municipal, do vereador Tiago Fernandes. Posição aprovada. Seguiremos a moção de aplauso 231/2025. Moção de aplauso a Cláudio Ferreira da Câmara, João Maria Gomes Figueiredo, Tiago Luciano Silva e Eliane Bernardo Lopes, pelos seus relevantes serviços prestados à população por meio do setor Vigiágua do Departamento de Vigilância em Saúde, acompanhamento e monitoramento de qualidade de água, contribuindo para a promoção da saúde pública e a prevenção de doenças relacionadas à água em nosso município, da Autoria do Poder Legislativo Municipal, da vereadora Raleça de Clênio. Em discussão? Em votação. Proposição aprovada. Teremos mais outra sessão logo após a essa. Gostaria de informar ao DPL a necessidade de errata, onde foi dito, septuagésimo trinta, lê-se centésimo trigésimo.

Bom, como não há mais matéria para deliberar, dou por encerrada essa sessão e convido outra para logo em seguida, em cinco minutos.